

Maputo manifesta dificuldades em anular a resistência armada

• Admitidas conversações secretas com os rebeldes

DAVE CLEMENS*

O GOVERNO DE MAPUTO parece ter ficado simultaneamente surpreendido e frustrado pela sua incapacidade em pôr termo à guerra que lhe move o Movimento de Resistência de Moçambique (MNR-oposição armada) apesar do acordo assinado com a África do Sul, em 16 de Março, em Incomati, diz-se nos meios diplomáticos de Maputo.

Segundo um diplomata acreditado na capital moçambicana, após a assinatura do Acordo de Incomati — que prevê que a África do Sul cesse de armar e treinar os entre 10 mil e 15 mil combatentes do MNR — «o Governo do Presidente Samora Machel esperava, é certo, a continuação dos recontros, talvez mesmo durante alguns meses, mas pensava poder finalmente eliminar o MNR».

Entretanto, para os analistas militares, o Exército moçambicano não está em condições de controlar a guerrilha, que continua activa, em particular nas regiões setentrionais do país (Nampula, Zambézia e Niassa) e na de Tete (Nordeste), onde as emboscadas continuam a ser montadas na estrada entre o Zimbabwe e o Malawi.

Na polémica registada nos comunicados, o Exército afirmou no início do mês de Julho ter morto 1220 membros do MNR desde o princípio do ano e de ter conduzido operações nas províncias centrais de Manica e Sofala, mas o MNR respondeu declarando ter lançado duas ofensivas contra uma base do Exército e contra uma ponte perto da Beira, capital da província de Sofala.

Fontes diplomáticas e moçambicanas especificaram, to-

davia, que o Governo de Samora Machel está satisfeito com o modo como a África do Sul respeitou os termos do Acordo de Incomati.

De resto, um comunicado da Comissão Política da FRELIMO, publicado depois da visita ao Maputo, em 30 de Junho, do ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof «Pik» Botha, parecia desejar encontrar noutras paragens, que não em Pretória, as razões para a tenacidade do MNR.

O comunicado especificava em particular que «personalidades do seio de governos ligados diplomaticamente a Moçambique» e «círculos de nostálgicos da era colonial» estavam comprometidos «num complot contra a independência de Moçambique».

Referências a membros do Governo português

Os observadores notam que, se Moçambique não tem relações diplomáticas com a África do Sul, tem-nas, em contrapartida, com Portugal, que colonizou o país até 1975.

Alguns diplomatas acreditados em Maputo interpretam que os termos do comunicado da Comissão Política da Frelimo poderiam, portanto, aplicar-se a membros do Governo português que teriam conservado contactos com grupos de retornados moçambicanos em Portugal e na África do Sul.

Há rumores, em Maputo, que indicam que grupos de industriais que vivem no estrangeiro e que tiveram de abandonar teres e haveres em Moçambique apoiam as acções do MNR.

Nota-se, igualmente, que umas 600 mil pessoas de língua portuguesa, entre as quais algu-

mas com a nacionalidade moçambicana, vivem na África do Sul, perto da fronteira.

O Governo do Presidente Machel parece tentado um esforço de diálogo com o MNR, e certos diplomatas acreditados em Maputo acham quase certo que foram organizados contactos entre o Poder e a guerrilha.

O porta-voz do MNR, Jorge Correia, tinha garantido a este respeito, em Junho, em Lisboa, que houve entrevistas num país vizinho de Moçambique.

Um diplomata, que especificou ter obtido esta informação de um membro do Comité Central da Frelimo, indicou, por seu lado, que alguns emissários do Governo tinham sido encarregados, em meados de Junho, de estabelecer contacto com a guerrilha na sua base central, situada nas montanhas da Gorongosa (província de Sofala).

Por fim, além destas eventuais tentativas de diálogo, o Governo de Maputo utilizou igualmente meios não militares para tentar diminuir a força persistente do MNR.

Em Maio, por exemplo, as autoridades moçambicanas tinham oferecido o perdão aos combatentes do MNR que viessem a render-se com as suas armas, mas, note-se, a lei preservando esta medida ainda não foi votada.

DIARIO de NOTÍCIAS
Lisboa

10. JUL. 1974